

MIGRANTE SEM-TETO: uma dupla condição contemporânea no espaço urbano

Leda Velloso Buonfiglio*
Igor Catalão**

Este artigo atenta para uma luta sugerida no espaço urbano enquanto estratégia de vida para o migrante e seus descendentes. Essa luta revela-se numa prática sócio-espacial particular recente de apropriação do espaço urbano capitalista: ocupam-se edifícios do centro antigo da cidade de São Paulo.

Para tanto, partimos do encontro dramático de dois processos na cidade: *migrar e não morar*, relação invertida surgida no contexto urbano, quando habitar na cidade grande parece ter se tornado uma impossibilidade histórica, e o migrar, como sabemos, manancial contínuo da pobreza, irrigado por todos os cantos do país.

Não se trata, pois, de analisar a migração ou a falta de política habitacional tomadas isoladamente, mas a combinação complexa destes dois processos, manifestada em grande parcela da população urbana em nossas cidades.

Ora, sabemos que o sonho comum de qualquer migrante recém-chegado é ainda o mesmo: poder se estabelecer na cidade de destino para *pertencer* e não simplesmente *permanecer* nela. No entanto, este sonho não parece fácil de ser alcançado.

A exploração econômica do valor do espaço impõe-se no tecido urbano e cria uma dupla condição contemporânea: a do migrante tornado sem-teto. A simultaneidade dos processos revela condições de miséria mistas ligando espaços geográficos distintos: do campo à cidade “ex-sem-terras” tornam-se sem-tetos, alguns mesmo perambulantes entre uma condição e outra, mas são sempre e indefinidamente migrantes (Bursztyl, 1997).

Não obstante, cabe salientar que nem todo sem-teto é necessariamente um migrante e vice-versa. De modo algum se trata de etapas obrigatoriamente complementares, sendo apenas um recurso para dar conta da realidade dinâmica dos processos urbanos estudados em São Paulo.

Contudo, ainda que os movimentos sociais de moradia não sejam formados, exclusivamente, por e para migrantes, estes aparecem como uma parcela considerável nos coletivos da cidade, a exemplo do Movimento dos Sem-Teto do Centro de São Paulo (MSTC) ¹. Ademais, convém ressaltar a herança histórica dessa população urbana pobre, muitos são os filhos ou netos, descendentes diretos daqueles antigos migrantes que construíram e reconstruíram São Paulo, décadas

atrás.

Refletindo sobre a pergunta de partida da Revista Travessia nº 14 – *Onde e como mora o migrante?* – ainda hoje, encontramos nas nossas cidades os tetos precários daqueles que vivem na rua, em lonas nos lixões, mas também, a partir de alguns anos, podemos nos deparar com aqueles que se organizam na luta por meio de ocupações.

Assim, passados 14 anos da revista, *A luta pelo direito de morar* ganha novos conteúdos. A organização popular e a ação conjunta de movimentos de moradia, existentes desde a década de 1980 em associações e mutirões na periferia, tratada por Fecho e Maricato, na mencionada revista, são atualizadas nos anseios dos atuais movimentos de moradia que alcançam o centro de São Paulo.

NOVAS FORMAS DE LUTA NA CIDADE

Da condição de migrante sob a impossibilidade histórica de morar surge uma estratégia de vida e um posicionamento de luta em torno da reivindicação do espaço, do direito à cidade (Lefebvre, 1991). A luta que se inicia pelo centro da cidade não é ale-

atória nem meramente simbólica, pois o centro tomado é o espaço político por excelência.

O centro é também espaço econômico em transformação. Devemos lembrar que foi a partir dele que se realizaram empreendimentos imobiliários de grande soma de capitais, consumando-se no processo de verticalização da cidade de São Paulo, em curso desde a década de 20, para atender a camada de maior poder aquisitivo desde então, a única capaz de consumir este espaço.

A especulação imobiliária, que ocorre simultaneamente por todo o tecido urbano, age valorizando e desvalorizando o espaço, atingindo edificações pontualmente, e a fração do espaço onde estão inseridas, como um todo.

Como resultado deste ciclo vicioso de valorização e desvalorização, engendrado pela exploração capitalista do espaço, permeia no centro um fenômeno nocivo que paralisa inúmeros imóveis, transformando-os em reserva de valor. Neste sentido, edifícios inteiros tornam-se descartáveis com “prazo de validade” determinado por um critério que não o da durabilidade material e arquitetônica, mas antes social, pelo desinteresse de sua preservação, no que Singer (1978) apontou como obsolescência “moral” das construções.

Assim é que a política econômica capitalista na cidade redefine no espaço urbano os estilos de vida, padrões e valores habitacionais de camadas específicas da sociedade urbana, justificando a segregação sócio-espacial na cidade.

Deste modo, os vestígios da elite paulistana de outrora se tornaram rejeitos no tecido urbano em inúmeros edifícios obsoletos e em abandono que hoje despontam em vários bairros do centro estendido, como Luz e Santa Cecília. Estes edifícios ociosos tanto mais chamam a atenção quanto não



Foto: Alderon P. da Costa / CDCM

atendem à demanda habitacional (Buonfiglio, 2004). Em todo caso, esses edifícios largados literalmente “às pombas” são também resíduos no sentido que diz Martins (2000), ou seja, daquilo que ainda sobrou, encarado como possibilidade.

Neste conjunto central verticalizado, surgiu um anel periférico de cortiços pontilhando as vizinhanças do antigo centro histórico de São Paulo. Externamente se delimitava um outro centro, estendido, “sacrificado” em degradação já há alguns anos, por alguns tipos de uso como prostituição e tráfico de drogas (Cordeiro, 1980).

Como núcleo principal comercial, desde séculos passados, o centro, ainda hoje, não perdeu esse caráter exibindo sua “mancha terciária” e concentrando também o setor financeiro (Carlos, 2001). Uma nova atuação da economia vê no centro novas possibilidades de acumulação tanto na área de cultura e “entretenimento”, como na de serviços em geral. Para tanto, unem-se as forças do poder público e da iniciativa privada, sobretudo as instituições financeiras que querem se projetar como incentivadoras no terreno promissor da cultura.

É neste contexto que surge o discurso da revitalização largamente dis-

seminado para propagar uma consciência de preservação histórica tão provisória, que escapa à lógica capitalista urbana, de exploração imobiliária. Assistimos uma política de revitalização pontual, isto é, que se faz “aos pedaços”, mantendo certos espaços degradados no centro: onde vemos uma Pinacoteca imponente na Luz vemos abandono do outro lado da Avenida Prestes Maia.

Revitalizar, entendido neste contexto contemporâneo vivido pelas cidades modernas, passa por um sentido de embelezamento e recuperação urbanística, a nosso ver, necessários para preservar os patrimônios históricos. Entretanto, a questão fica mais problemática porque extrapola o limite da (re)forma em seu aspecto físico e arquitetônico, atingindo o caráter social que também se pretende restaurar. Repensar o Centro dentro dessa lógica atuante significa repensar os usos.

Na contramão dessas ações políticas e econômicas que se instauram para a ‘reabilitação’ do centro, manifestam-se os sem-teto que antes de serem “varridos” desse espaço urbano conquistado aprofundam o sentido de revitalizar, que é antes aquele de dar vida aos edifícios em abandono, tornando-os habitáveis (Buonfiglio, op.cit.).

Junto às manifestações e apelos por moradia popular, os sem-teto retomam a discussão do habitar, do morar com qualidade, no centro já construído, ao invés de conformarem-se aos limites das periferias, cada vez mais distantes.

Assim é que no centro se firma e se hasteia a bandeira de luta dos movimentos sociais por moradia a partir da década de 1990 quando os movimentos dos cortiços², antes atrelados aos movimentos de favelas, se fazem representar, articulando uma nova pauta de reivindicações, passando a integrar também a já consolidada União dos Movimentos de Moradia (UMM)³.

A partir de então o movimento de moradia, como um todo, ganhou novas formas de resistência e conteúdos. Em 1997, a ocupação dos prédios abandonados do centro concretizou os anseios, denotando um passo mais à frente na luta pela moradia.

Nas gestões da década de 90, os entendimentos entre os poderes municipais e estaduais com os movimentos sociais tornam-se mais raros. Os movimentos são marginalizados. Assim, as ocupações surgem num novo contexto político, de radicalização da luta, preenchendo a ausência de diálogos (e de política habitacional efetiva) entre os movimentos populares e governo, que havia sido fortalecida na década anterior.

No terreno da luta travou-se o embate jurídico da propriedade privada garantida *versus* a função social⁴ dos imóveis proclamada pela legislação. As ocupações levadas a cabo colocaram na prática um novo método de ação, uma nova forma de resistência entre os movimentos sociais, emergindo a apropriação efetiva do centro da cidade. As ocupações deste período foram um reforço na luta pelo direito do migrante permanecer na cidade e dos sem-teto que já estavam nela, permanecerem no centro.

Por fim, sabemos que antigas práticas políticas débeis têm ocorrido, atualmente, em São Paulo, escancarando o duplo problema da habitação urbana e da migração: por meio da doação de passagens, as famílias migrantes são estimuladas a retornarem para suas cidades de origem⁵.

SEM-TETO: NOVA REDE PARA OS MIGRANTES?

Segundo coloca Dornelas (2001), a rede social relembra a realidade mais elementar de fundação de qualquer grupo humano, que expressa as relações pessoais de amizade e camaradagem a fim de inspirar confiança e confiabilidade.

Assim, a apropriação coletiva quotidiana dos imóveis do centro abre a possibilidade para a criação das redes manifestadas conscientemente. Na ação diária de tornar habitável o lugar – apropriação –, realiza-se coletivamente a construção do espaço de vida.

A questão de relevância aqui, que serviria para nortear pesquisas futuras, é como o migrante recém-chegado, ou seus descendentes, filhos e netos, podem apoiar-se num tipo de rede de sociabilidade distinta, cujas tramas não são tecidas apenas por vínculos ou elos de parentesco, mas também por organização social ou por uma luta comum na reivindicação de moradias.

O que chama a atenção é a sociabilidade intensa entre os moradores de uma ocupação. Não se trata, pois, de uma cordialidade mínima entre condôminos pagantes de aluguel, nem uma mera relação de vizinhança, mas uma relação estabelecida entre pessoas que compartilham uma mesma realidade, entre iguais, pobres migrantes e descendentes de migrantes, não inte-

grados dentro do espaço urbano.

Ora, o que consideramos é em que medida a luta pela cidade manifestada consciente e explicitamente pode determinar caminhos e travessias da migração, pontuando trajetórias de vida.

No espaço do centro da cidade, o exemplo concreto das redes sociais estabelecidas pode ser visto na ocupação Prestes Maia⁶, atual símbolo de resistência do MSTC. Na ocupação, em meio aos 22 andares, e mais de 460 famílias, encontram-se bolivianos, peruanos, maranhenses, entre outros grupos de origens geográficas distintas, que imprimem e improvisam suas histórias de vida no espaço (Buonfiglio, 2004).

À guisa de conclusão, consideramos que é desta dupla condição – de indivíduos sem-tetos e migrantes, antes anônimos e endividados pelo aluguel e pelas condições penosas de vida, desempregados ou em subempregos – que eles se envolvem numa densa trama de um outro tipo de rede social, redescobrimo-se sujeitos de ação, cidadãos na luta, na medida em que entendem que nem o espaço nem a cidadania na cidade são dados, mas sim conquistados (Santos, 1998; Paviani, 1994).

Embora a ocupação dos prédios represente antes, um caso empírico, uma possibilidade para a teoria geográfica urbana, ou quem sabe uma tendência, o migrante pode continuar a ser um errante tentando a vida na cidade sob inúmeras formas, mas pode, também, e cada vez mais, vir a ser um sem-teto de movimento organizado na ocupação coletiva dos espaços da cidade.

O migrante sem-teto é também um arquiteto de um novo tipo de espaço na cidade; dando forma assim a um novo processo social urbano. É na construção coletiva e ocupação cotidiana desse espaço de vida que o migrante sem-teto se apropria da cidadania, revitalizando o espaço urbano.

***Leda Velloso Buonfiglio é Mestranda do Curso de Pós-graduação em Geografia do Dpt. de Geografia da Universidade de Brasília.**

** **Igor Catalão é Graduando do Curso de Bacharelado em Geografia do Dept. de Geografia da Universidade de Brasília.**

NOTAS

1 - O MSTC é formado por grupos de base e de Associações de Moradores das ocupações e projetos já conquistados. É composto por cerca de oito mil pessoas, sendo dez as lideranças femininas. Originado em 2000 de uma cisão dentro do movimento Fórum dos Cortiços. Não obstante, a unidade de ambos os movimentos permaneceu nas ações de ocupação conjunta. A respeito do MSTC em duas de suas ocupações ver em BUONFIGLIO. Para uma radiografia dos movimentos sociais de moradia bem como análise das políticas habitacionais em São Paulo ver AMARAL (referências bibliográficas).

2 - A União das Lutas dos Cortiços – ULC é de 1991. Depois, no terreno da luta pelo centro, surgem outros movimentos como o Fórum dos Cortiços, de onde sai o próprio MSTC. (nota anterior) Cabe lembrar que ainda existem outros movimentos além destes acima citados, no centro, como o M.S.T.R.C. - Movimento Sem Teto da Região Central.

3 - Segundo MARICATO, a década de 80 representou um grande avanço para os movimentos de moradia em São Paulo num contexto político de diálogos através das políticas habitacionais municipais. Deste período, se destaca a UMM – União dos Movimentos de Moradia derivada de associações e mutirões de moradores dos bairros da Zona Leste da capital paulistana. A UMM se faz representar em caravanas à Brasília, resultando num projeto de lei. No final da década de 1990, se expande e é fortalecida pela integração de movimentos de moradia distintos; favelados, encortiçados do centro, entre outros movimentos de periferia, unificando os pleitos e a luta nacional em prol da Reforma Urbana.

4 - Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001 que regulamenta o capítulo de política urbana (artigos 182 e 183) da Constituição Federal de 1988.

5 - Da reportagem de 07/02/2006, divulgada pela Folha de São Paulo: “Ser-

ra dá R\$ 5 mil para sem-teto deixar São Paulo”.

6 - Localizado na altura do número 911, na Avenida Prestes Maia, está localizada a maior ocupação (de mesmo nome) de sem-tetos da cidade de São Paulo que, ameaçada de despejo desde 2005, teve a reintegração de posse suspensa em fevereiro deste ano. O movimento aguarda um novo prazo e articula-se em negociações com as três esferas do poder. Vivem aproximadamente 2000 pessoas nesta ocupação que resiste há quatro anos. O prédio, de planta industrial, pertence à antiga Companhia Nacional de Tecidos, portanto fora uma fábrica têxtil, esteve abandonada por muitos anos pelo proprietário Jorge Hamuche, devedor de milhões de reais em Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) à prefeitura. Segundo fontes da imprensa (vide referências bibliográficas), o valor da dívida supera o próprio valor do imóvel, estimado pela CEF (Caixa Econômica Federal) no valor de R\$ 4 milhões. Recentemente, esta ocupação tem chamado a atenção da classe média paulistana e da mídia por suas atividades culturais derivadas da grande variedade étnica, social e cultural, intervenções artísticas e, sobretudo pela biblioteca montada cujo acervo é composto por mais de 3 mil obras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Ângela de Arruda Camargo (2002) *Habitação na Cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Pólis / PUC-SP, (In: Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo, 4). São Paulo.

BUONFIGLIO, Leda Velloso (2004) *Espaços de vida provisórios: os sem-teto do centro da cidade de São Paulo*. Monografia apresentada para obtenção do grau de bacharel em geografia, Departamento de Geografia/FFLCH/USP. São Paulo.

BURSZTYN, Marcel; ARAÚJO, Carlos Henrique (1997) *Da utopia à exclusão. Vivendo nas ruas de Brasília*. Brasília, Garamond/Codeplan.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (2001) *Espaço – Tempo na Metrópole. A Fragmentação da Vida Cotidiana*. São Paulo, Contexto.

CENTRO de Mídia Independente (CMI) “Atos contra o despejo da ocupação Prestes Maia”; “Resposta da Secretaria de Habitação”; “Av. Prestes Maia, 911: última grande ocupação do centro de São Paulo pode ser despejada”. Reportagens dos dias 3 e 9 de fevereiro de 2006, respectivamente. Cobertura *Moradia BLOG*, Integração Sem Posse.

CORDEIRO, Helena Kohn (1980) *O centro da metrópole paulistana. Expansão recente*. Tese de Doutorado, Departamento de Geografia/FFLCH/USP, São Paulo.

DORNELAS, Sidnei Marco (2001) “Redes sociais na migração. Questionamentos a partir do pastoral”. *Travessia – Revista do Migrante*, nº 40, maio-agosto, p. 05.

FECHIO, Fermino; MARICATO, Ermínia (1992) “A luta pelo direito de morar”. *Travessia – Revista do Migrante*, nº 14, setembro-dezembro, p. 25.

FOLHA de São Paulo. Cotidiano “Sem-teto faz biblioteca em prédio invadido”; “Literatura Subterrânea” incluindo entrevista com sem-teto, por Afra Balazina; “Protesto contra reintegração de posse interdita via em São Paulo”, da folha on-line, e “Serra dá R\$ 5 mil para sem-teto deixar São Paulo”, a seguir, “Verba é para ajudar pessoas, diz secretário”, por Alencar Izidoro. Reportagens dos dias 01 e 07 de fevereiro de 2006, respectivamente.

LEFEBVRE, Henri (1991) *O direito à cidade*. São Paulo, Moraes.

MARTINS, José de Souza (2000). *A Sociabilidade do Homem Simples: Cotidiano e História na Modernidade Anômala*. São Paulo, Hucitec.

PAVIANI, Aldo (1994) “A lógica da periferização em áreas metropolitanas”. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura e SOUZA, Maria Adélia A. (Orgs.). *Território. Globalização e Fragmentação*. São Paulo, Hucitec/ANPUR.

SANTOS, Milton (1998) *O espaço do cidadão*. São Paulo, Nobel.

SINGER, Paul (1978) “O uso do solo urbano na economia capitalista”. In: MARICATO, Ermínia (Org.). *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo.